



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo do  
Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de  
Paulínia – PAULIPREV**

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às dezoito horas e onze minutos no Plenarinho da Câmara Municipal, reuniu-se o Conselho Administrativo, Diretor Presidente e servidores presentes, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto, conforme Regimento Interno dos Conselhos.

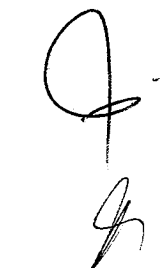

**Pauta do dia:** aprovação da ata ordinária do dia 04 de Abril e atas extraordinárias dos dias 06 e 12 de Abril, formação de comissão para discussão da base previdenciária, autorização para aquisição de móveis para novo prédio (sede Pauliprev) e outros assuntos.

**Primeiro item da ordem do dia:** Conforme definido em reunião extraordinária e em acordo com o parágrafo 1º do Art. 12 do Regimento Interno do Conselho da Administração, as leituras das atas passaram a ser dispensadas pelo plenário, uma vez que as cópias das mesmas foram enviadas previamente aos membros dos Conselhos para devida ciência e análise. Quanto a ata do dia 06/04/2017, o conselheiro Valmir solicitou a retificação de sua fala na folha 03, ficando assim "...que gosta de prestar contas mensalmente" além da folha 09 que "...que concluiu que quando a CLT foi instituída não protegia os trabalhadores e sim a indústria Nacional", desta forma as atas foram aprovadas por todos.

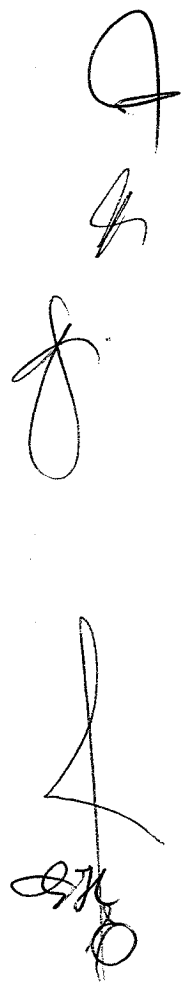
**Segundo item da ordem do dia:** a conselheira Nívia iniciou a discussão apresentando o Ofício 29, protocolizado em 16 de março do corrente ano na Pauliprev, onde a Secretaria de RH solicitava a análise da regularidade ou não da composição da base previdenciária, sob a ótica das regras relacionadas à previdência própria e eventuais apontamentos do Tribunal de contas, objetivando a retificação dos procedimentos de cálculo. A referida conselheira ainda citou que hoje quase todas as verbas contam com tributação. A conselheira Ligian então sugeriu que quando se pare de recolher tais verbas, ao mesmo tempo que se apresente ao servidor a forma de devolução do valor, sugerindo ainda que o valor a ser devolvido seja abatido nos descontos posteriores. O conselheiro Valmir sugeriu neste caso a necessidade de se contar com o parecer de um advogado. A conselheira Iria ressaltou a importância de se efetivar o informe aos servidores diante deste processo assim como da necessidade de um estudo sobre o impacto financeiro que isto gerará aos cofres do Instituto. A conselheira Sandra expôs sobre a importância da elaboração de todo este estudo prévio para então chamar os servidores e apresentar propostas. Neste sentido foi lembrando pelo conselheiro Reginaldo, o longo período que todo este trabalho demandará e a necessidade inclusive da alteração da Lei, sendo divergente entre os presentes o período de tempo que os servidores poderão contar com este recurso retroativo. A conselheira Ligian ainda sugeriu que o Tribunal de Contas seja provocado sobre este assunto, pensando nas aposentadorias que já foram efetivadas e que até o momento não contou com devolutivas quanto à adequação em relação as verbas indenizatórias. Assim, estabeleceu-se que esta comissão será formada pelos conselheiros Nara, Nívia, Reginaldo, Fábio, Adilson e Sandra.



**Terceiro item da ordem do dia:** O Diretor Presidente iniciou sua fala citando que teria obtido alguns móveis para o novo prédio do Instituto junto a Secretaria de Turismo- 4 mesas e 3 cadeiras; na Câmara Municipal- 5 mesas, 3 estantes, 2 bebedouros, 1 mesa de recepção, 1 fogão, 1 geladeira e com o encerramento das atividades do INCRA em fevereiro do corrente ano, teria solicitado à Prefeitura a cessão de seus móveis porém não obteve êxito , motivo pelo qual necessita realizar a compra de alguns móveis para que o recurso humano hoje disponibilizado à Pauliprev possa desenvolver suas atividades. Ao mesmo tempo ressaltou que posteriormente quando da realização do concurso público para a Pauliprev será necessário mais uma vez equipar o Instituto. Questionado sobre o patrimônio atual da Pauliprev, o Diretor Presidente citou que o Instituto conta com 2 cadeiras, estantes, macas, equipamentos de pressão, balanças. Questionado pela conselheira Eliete em relação aos computadores, o mesmo citou que hoje tais equipamentos são locados, que conta com apenas um computador que foi adaptado para ser utilizado como servidor, que já apresentou inclusive problemas, porém hoje encontram-se neste todas as informações do Instituto. Questionado pela conselheira Eliete sobre os móveis necessários, o Diretor Presidente citou que de imediato correspondem a mesas, cadeiras (estações de trabalho), divisórias visando o atendimento médico de forma adequada e preservada e em breve equipamentos, visando não mais contar com prestadores de serviços. Hoje contam com 5 impressoras, acreditando que não necessitem deste total, que apenas 2 seriam suficientes desde que completas (para que documentos possam ser digitalizados). Neste sentido aproveitou e entregou à todos os conselheiros presentes um pen drive contendo todos os documentos enviados à CEI – Comissão Especial de Inquéritos (Atas dos Conselhos, Comitê de Investimento,



documentos sobre aplicações, resgates, etc). A conselheira Ligian então questionou sobre o levantamento de patrimônio do Instituto, uma vez que se recorda de algumas aquisições e que diante da possibilidade da mesma rastrear junto a Caixa Econômica Federal poderia confrontar tais dados. O conselheiro Guilherme então citou que diante do momento de mudança da sede seria ideal a realização do inventário patrimonial. O Diretor Presidente então solicitou que Amanda explanasse sobre este assunto, a qual citou que fora realizado tal levantamento, inclusive sendo elencado o que é do prédio além da Pauliprev, ficando à disposição de todos. Questionado através da conselheira Ligian sobre a forma como se efetivará a compra de tais móveis, ou seja, se seria efetivado pregão, o Diretor Presidente expôs que não conta com o sistema instalado na Pauliprev, que seria, portanto, licitação, citando ainda a Bolsa eletrônica do Estado, solicitando ainda o apoio dos presentes quanto a indicação de empresas para fornecimento de móveis, acreditando que tal compra atinja o valor aproximado de R\$ 10.000,00. Questionado pelo Presidente do Conselho, o prazo previsto para tais aquisições, o Diretor Presidente acredita que adquira tais móveis até meados do mês de Maio, já que pretende que ocorra até este período a transferência de sede, uma vez que no momento o arquiteto vem desenvolvendo o estudo do lay out (móveis, rede) devendo terminar nos próximos dias. A seguir a conselheira Ligian pediu a palavra para citar sobre a questão do aluguel do prédio da Pauliprev, em referência a colocação da conselheira Sandra na página do facebook, da importância portanto da ciência dos servidores sobre tal questão. Relatou que primeiramente o Instituto localizou-se próximo do bosquinho, depois foi transferido para a casa do antigo Cartório, casa esta que continha entre outros três quartos, sala, cozinha, local segundo a mesma adequado ao Instituto, sendo que seu aluguel não



chegava ao valor de R\$ 3000,00. Porém, quando do aumento do aluguel deste local, embora tivessem obtido outra opção de sede com melhor preço, por interferências políticas o Instituto permaneceu no mesmo local. Em 19 de agosto de 2013, na época o Instituto sob a direção do Sr. Mario Lacerda, a Pauliprev transferiu-se para o local onde hoje encontra-se porém com o aluguel em torno de doze mil reais, ressaltando ainda que o Conselho na época tivesse apresentado posicionamento contrário. Após a saída deste gestor, os conselheiros buscaram o novo Prefeito, Sr. Jose Pavan Jr. visando a obtenção de local público para a transferência e apesar da promessa para tal não se efetivou a mudança. Ressaltou ainda que foi contra a construção de nova sede na época. Em relação ao aluguel expôs que os servidores necessitam ter a clareza que esta questão se iniciou a vários anos, que somente agora o atual Diretor Presidente se importou com tal gasto, embora a "briga" dos conselheiros seja antiga, mas por não se contar com a paridade, esta questão não assumiu a devida atenção. Assim, enfatizou que o aumento demasiado do aluguel já se efetivou ao longo da história do Instituto chegando portanto em R\$ 10.000,00. Quanto a construção de uma nova sede em um governo que não vinha caminhando adequadamente, avaliou que o dinheiro do Instituto poderia ter sido "jogado no ralo", pedindo então cautela quanto a esta questão. Os conselheiros ainda discutiram o aumento demasiado do aluguel no imóvel atual, uma vez que de R\$ 12.000, 00 hoje encontra-se em R\$ 20.123,00, aumento, portanto demasiado em 4 anos. O Diretor Presidente então ressaltou que as contas de 2014 foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas frente a vários aspectos, apontando que um deles voltou-se ao fato que os conselheiros contrários a qualquer proposta não justificaram seu posicionamento. Neste sentido a conselheira Ligian pediu a palavra e citou que as atas eram realizadas

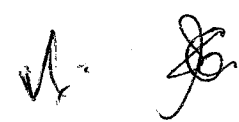


sob certa pressão, ou seja, era colocado em ata o que o secretário do administrativo queria. O Diretor Presidente ainda citou que acredita que a Pauliprev a longo prazo deveria contar com sua sede própria, que no momento poderia locar seu espaço, tendo já uma proposta de locação para um empreendimento imobiliário para instalação de um plantão de vendas, que poderia gerar cerca de R\$ 3000,00 a R\$ 4.000,00/mês ao Instituto, sendo que a construção básica que pretender construir poderia se manter ao término do contrato ( o terreno de 5826 m2 localiza-se em frente aos prédios próximos do Supermercado Pague Menos). Retomando a questão sobre a aquisição dos móveis para o Instituto, todos aprovaram por unanimidade, sendo solicitado pelo Diretor Presidente aos presentes sugestões de locais para possível aquisição dos mesmos.

**Quarto item da ordem do dia: (outros assuntos da pauta)**

O Diretor Presidente expôs que a partir da sugestão da conselheira Nívia em reunião extraordinária, a qual sugeriu que fosse elaborado um Manual de Procedimentos, ou seja, que cada funcionário hoje do Instituto elencasse suas funções, haja visto que em breve se contará com concurso público para o Instituto, o Diretor Presidente expôs que já teria solicitado a todos os funcionários da Pauliprev e que em breve contará com tais materiais. A seguir citou que além de ter encaminhado através de pen drive cópias de todos documentos à Comissão Especial de Inquérito da Câmara, teria enviado também tais materiais ao Ministério Público e enviará ainda ao Tribunal de Contas do Estado, para poderem fazer a devida avaliação. Referiu sobre o andamento das demais contratações, sendo que encontram-se elaborando editais, entre elas a contratação de empresa para elaboração da compensação previdenciária - COMPREV. A seguir realizou a leitura do ofício enviado pelo Sindicato dos Servidores

Públicos de Paulínia que solicitava que os convênios médicos, odontológico e mensalidade sindical possam ser descontados em folha da Pauliprev. O Diretor Presidente ainda fez menção a fala do Prefeito, que enfatizou que para os servidores manterem seus descontos, seja ele tanto do Sindicato como para empréstimos, que os servidores realizem autorização individual. A conselheira Ligian pediu a palavra e questionou quanto a legalidade para tal, da importância da autorização do servidor quanto ao desconto como também que esse valor não ultrapassasse o limite percentual em desconto em folha (Nívia lembrou que a Lei Federal estabelece tal questão) não onerando o Instituto, portanto a favor desde que a Pauliprev não conte com prejuízos. Já a conselheira Marcia posicionou-se contrária a questão do empréstimo bancário ser debitado em folha, porém os demais itens colocados pelo Sindicato acredita que facilitaria aos servidores, sugerindo inclusive no momento da aposentadoria que os servidores tenham essa opção, aspecto que segundo a conselheira Nívia torna-se impossível. A referida conselheira citou que quando a pessoa se aposenta cria-se a possibilidade de passar a ter débito na conta, uma vez ter contraído tal empréstimo quando servidor ativo. Ligian acrescentou que tal situação já vem acontecendo atualmente na Pauliprev. Iria apresentou sua preocupação com tal situação, posicionando-se contrária aos descontos solicitados em folha, porém caso aprovado pelo Conselho que tal desconto seja encaminhado direto ao plano odontológico, médico e jamais ao Sindicato. A conselheira Sandra sugeriu que o Sindicato realize a cobrança de convênio odontológico, médico e mensalidade sindical via boleto não envolvendo assim a Pauliprev. O conselheiro Reginaldo questionou se hoje o Instituto conta com convênio consignado, sugerindo a necessidade de chamar licitação, pregão, aspecto respondido pelo Diretor Presidente que tal convênio



já é existente junto a CEF – Caixa Econômica Federal. A seguir o Diretor Presidente citou sobre a possibilidade dos servidores realizarem a portabilidade. A conselheira Nívia citou dos vários bancos que buscam entrada na Prefeitura para oferecer empréstimos aos servidores. Já o conselheiro Fábio apresentou as dificuldades e diferenças de layout dos bancos e Prefeitura. Diante da complexidade do assunto, o Presidente do Conselho sugeriu aos presentes que tal assunto fosse pauta da próxima reunião ordinária, proposta aceita pelos presentes. Iria solicitar a palavra e questionou o número de servidores com empréstimos hoje junto a CEF, tendo a devolutiva do Diretor Presidente que verificaria e repassaria através do Whatsapp. A conselheira Eliete pediu a palavra para informar e ao mesmo tempo apresentar sua preocupação sobre a participação de Paulínia no Consórcio Intermunicipal para a Saúde, onde as inscrições foram abertas no dia 10/04 e terá seu encerramento no dia 06/05, através de concurso para 60 tipos de profissionais, com funções desde a área administrativa até médica, para “cadastro de reserva”, portanto da necessidade urgente de se acionar o Sindicato para devidas ações neste sentido. A seguir a referida conselheira citou que teria sido procurada por uma servidora com deficiência a respeito de Lei complementar/2013 que coloca critérios para aposentadoria para pessoas com deficiência. O conselheiro Fábio então pediu a palavra citando que acreditava que a Lei não se encontrava mais em vigor, acrescentando que teria enviado para os demais conselheiros uma nota explicativa do Ministério do Trabalho e Previdência que citava sobre tal assunto. Neste sentido a conselheira encaminhou a cópia para análise do Diretor Presidente. Seguindo, a referida conselheira apresentou a relação de cursos temáticos e Congressos a serem realizados pelas entidades APEPREM e ANEPREM durante o corrente ano, visando a participação de gestor e conselheiros e,





portanto, melhor capacitação de todos. Neste sentido a conselheira Ligian citou que a Pauliprev já foi muito criticada por participações em Congressos, que possuem alto custo visto locais distantes, avaliando que o custo benefício é pequeno, que se poderá obter informações no Google, que, portanto, discorda de participações deste gênero. A conselheira Eliete ainda enfatizou que há cursos temáticos na região, e que acreditava na importância de tais participações. Fabiano pediu a palavra e citou que teriam participado de vários cursos de formação, em cidades da região, sem custo, avaliando a necessidade da participação dos conselheiros. A conselheira suplente Iria defendeu a capacitação dos servidores, ressaltando que a capacitação depende do interesse de cada um, acrescentando que somente se irá aprender discutindo questões. A conselheira Márcia então sugeriu que quando do momento de algum evento que se traga a proposta para aprovação dos presentes, e uma vez aprovado que um conselheiro do administrativo e um do fiscal participem e que estes fiquem responsáveis de repassar o material adquirido aos demais. A seguir o Diretor Presidente solicitou desculpas pública ao servidor Fabiano, que conta com a função de ajudante geral em concurso, por não ter ciência de sua formação acadêmica (Pós graduado em Marketing) e não ter sido indicado como conselheiro, haja visto que sobre a ótica do Tribunal de Contas é necessário a formação universitária. A seguir o Diretor Presidente expôs sobre a reportagem do município de Vinhedo, onde foi abordado a emissão de 28.000 atestados médicos no exercício, gerando despesas elevadas, ocasionando uma ação da Prefeitura, do Instituto e Ministério Público. Na Pauliprev hoje este número atinge 297 pessoas e seguindo por base o trabalho que Vinhedo realizou, a Pauliprev realizará um levantamento que identificará quais os médicos que fornecem mais atestados, quais servidores que de forma



reiterada apresentam afastamentos consecutivos, efetivando desta forma cruzamento de informações. Ao mesmo tempo expôs que não conta com médicos para a realização de junta médica, finalizando citou que buscará com esse levantamento identificar realmente quem encontra-se enfermo e aqueles que buscam sistematicamente os afastamentos. Iria citou que precisa se conhecer a vida do servidor, que é uma categoria massacrada, perseguida, sem condições de trabalho sendo que avalia complicado a Pauliprev fazer o papel que cabe à Prefeitura. Que deve-se inibir porém conscientizá-los quanto a não adequação de apresentarem afastamentos inadequados prejudicando tanto a si próprio como também seus companheiros, enfatizando da necessidade da administração cuidar de seu trabalhador, de sua saúde. A conselheira Ligian então pediu a palavra e expôs da existência do servidor massacrado, mas também do servidor "sem vergonha", citando por exemplo das escolhas muitas vezes por parte dos mesmos em relação aos postos de trabalhos, de afastamentos de caráter políticos, entre outros. Neste sentido Iria citou que durante muitos anos se cobra a valorização do servidor, uma vez que quando se valoriza se pode cobrar, da importância da valorização por parte do patrão. Ligian retomou a palavra, citando que tais problemas envolvem a Prefeitura e não Pauliprev, sendo acrescido pela Iria que atualmente vem faltando comando na PMP. O Diretor Presidente retomou a palavra citando que tem respeito para com o servidor que realmente encontra-se doente e afastado, porém aqueles que se encontram afastados de maneira indevida, medidas serão tomadas. Iria então citou da importância da conscientização dos servidores sobre a Pauliprev, deles entenderem o que O Instituto significa o Instituto para o mesmo. Neste sentido o Diretor da Pauliprev relatou que uma servidora não tinha ciência que teria que buscar o Instituto após o falecimento de seu esposo, este realizado a



8 meses. A seguir o Presidente do Conselho passou a palavra para a conselheira Nara, a qual solicitou a verificação junto ao Jurídico sobre a questão do pagamento da hora atividade quando do servidor afastado do trabalho, visto que a Lei 18, pelo seu entendimento cita que deve ser pago e da Lei 17 cita da ruptura, porém cita outros tipos de licença e dos ativos. A seguir a palavra foi concedida a conselheira Márcia que questionou o Diretor Presidente sobre se teria sido efetivado o pagamento da segunda parcela do acordo patronal, tendo a devolutiva do mesmo que verificaria e que informaria a todos os conselheiros no dia posterior. Já a segunda questão da referida conselheira voltou-se a realização do curso CPA10, citando da importância de todos os conselheiros realizarem até porque na próxima eleição este item será pré-requisito. A conselheira Nívia sugeriu que Fábio reencaminhasse o material sobre o curso às novas conselheiras. O Diretor Presidente ressaltou que já fora realizado curso recente junto aos funcionários do Instituto e que a Pauliprev efetivará novo para os interessados, não sendo portanto uma obrigatoriedade. Seguindo, citou que o consultor financeiro da Pauliprev se colocou à disposição para realizar uma apresentação dos Fundos e, portanto, o Diretor Presidente gostaria da presença de todos. A conselheira Marcia solicitou a palavra para citar uma questão que foi discutida na gestão anterior que se voltava ao valor atual do jeton, que ao seu ver considera alto, não sente-se bem em receber tal importância, aspecto também em concordância com as demais novas conselheiras. Assim solicitou que este seja motivo de pauta da próxima reunião, almejando a redução do jeton em 50%. Ligian acrescentou que trará então na próxima reunião todo material que possui sobre tal questão, citando que teria ainda sugerido que nada se recebesse para esta função. Iria solicitou a palavra e retomou o assunto do curso CPA10, citando que a Lei hoje exige tal formação



apenas da Diretoria Executiva e no Comitê de Investimento que pelo menos dois membros do mesmo o possuam. Ao mesmo tempo ressaltou que existe o compromisso do Diretor Presidente de realizar novas formações para que os outros servidores tenham possibilidade de contar com este tipo de conhecimento. O conselheiro José Carlos solicitou a palavra esclarecendo que o curso CPA10 não possibilitará a formação de "experts" na área, que possibilitará noções básicas. A seguir o Diretor Presidente sugeriu que a apresentação dos Fundos ocorra no mês de junho, solicitando ao conselheiro Reginaldo as datas das sessões da Câmara para que possa agendar a data com o consultor. Ressaltou ainda que a apresentação deverá ser aberta aos servidores, tendo a ressalva do conselheiro Fábio sobre os cuidados com esta prática, visto seu receio que a apresentação não se constitua em uma aula financeira. Foram definidas as datas das próximas reuniões para 02 e 16/05/2017 às 18 horas no Plenarinho da Câmara Municipal.

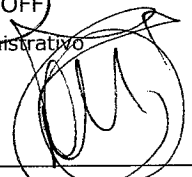
Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVERI  
Presidente Cons. Administrativo



GUILHERME HOFF  
Conselho Administrativo



JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA



ELIETE MARIA DA SILVA  
Secretária Cons. Administrativo



LIGIAN REGINA KALVON  
Conselho Fiscal

FÁBIO CECCONELO

Conselho Administrativo

Conselho Fiscal

REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo

*Nara m*

NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo

*Sandra Ariadne Casassa*

SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo

*Nivia Carla da Fonseca*

NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo

*Marcia Regina A. Lopes da Silva*

MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

Conselho Fiscal

*Marcia Conde de Souza Campos*

MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal

VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo